

## **A Educação Infantil em Moçambique em teses, dissertações e artigos: Um estado do conhecimento**

*Teresa Abrão Tembe<sup>1</sup>  
Gilberto Daniel Rafael<sup>2</sup>  
Almeida Meque Gomundanhe<sup>3</sup>*

### **RESUMO**

Objetivou-se analisar a produção científica sobre a Educação Infantil em Moçambique a partir do levantamento efetuado em teses, dissertações e artigos, denominado estado de conhecimento, respondendo à questão: o que foi produzido sobre a Educação Infantil em Moçambique? Foram analisados 12 trabalhos que abordam sobre a temática em Moçambique, recorrendo às categorias: a) Educação de infância e práticas pedagógicas; b) Educação de infância e formação de professores; c) Educação de infância e a participação de atores não estatais; d) Educação de infância e currículo; e) Educação de infância e literatura e f) Educação de infância e acesso. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, observando-se um procedimento bibliográfico e documental. Concluiu-se que existe escassa produção acadêmica, apesar do interesse crescente por parte dos pesquisadores em estudos voltados à Educação Infantil no âmbito das políticas educativas e do ensino e aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Infantil. Infância. Moçambique.

---

<sup>1</sup> Licenciada em Ensino Básico pela Universidade Pedagógica (UP), Delegação de Nampula. Professora na Escola EvanjAfrica, Nampula, Nampula, Moçambique. Membro do grupo de estudo e pesquisa em História, Sociedade e Educação em Moçambique (HISTEDMOZ). ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0333-0445>. E-mail: [teresatembe94@gmail.com](mailto:teresatembe94@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorando em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Docente na Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Rovuma em Moçambique, Nampula, Nampula, Moçambique. Integra o grupo de estudo e pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR), Líder do Grupo de estudo e pesquisa em História, Sociedade e Educação em Moçambique (HISTEDMOZ) na Universidade Rovuma em Moçambique. Bolsista Capes. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5448-5520>. E-mail: [grafael@unirovuma.ac.mz](mailto:grafael@unirovuma.ac.mz)

<sup>3</sup> Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutor em Inovação Educativa pela Universidade Católica de Moçambique-Faculdade de Educação e Comunicação. Docente dos cursos de graduação e pós-graduação na Universidade Rovuma-Extensão de Niassa. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0011-6399>. E-mail: [amequegomundanhe@gmail.com](mailto:amequegomundanhe@gmail.com)

## **Early childhood education in Mozambique in theses, dissertations and articles: a state of knowledge**

*Teresa Abrão Tembe  
Gilberto Daniel Rafael  
Almeida Meque Gomundanhe*

### **ABSTRACT**

The objective of this study was to analyse the scientific production on Early Childhood education in Mozambique from the survey carried out in theses, dissertations and articles, called state of knowledge, answering the question: what was produced about Early Childhood Education in Mozambique? 12 works that address the theme in Mozambique were analysed using the following categories: a) Early childhood education and pedagogical practices; b) Early childhood education and teacher training; c) Early childhood education and the participation of nonstate actors; d) Early childhood education and curriculum; e) Early childhood education and literature and f) Early childhood education and access. The research has a qualitative approach, observing a bibliographic and documentary procedure. It was concluded that there is scarce academic production, despite the growing interest on the part of research in studies focused on Early Childhood Education in the context of educational policies and teaching and learning.

**KEYWORDS:** Early childhood education. Childhood. Mozambique.

## **La Educación Infantil de Mozambique en monografías, tesis y artículos: Un estado de conocimiento**

*Teresa Abrão Tembe  
Gilberto Daniel Rafael  
Almeida Meque Gomundanhe*

### **RESUMEN**

Se objetiva analizar la producción científica sobre la Educación Infantil en Mozambique, a partir de la recopilación de datos en monografías, tesis y artículos de investigación, al que se denomina estado de conocimiento, para así responder a la pregunta: ¿qué fue producido en materia académica, acerca de la Educación Infantil en Mozambique? Fueron analizados 12 trabajos que abordan esta temática en Mozambique, recurriendo a las categorías siguientes: a) Educación de la primera infancia y prácticas pedagógicas; b) Educación de la primera infancia y formación de profesores; c) Educación de la primera infancia y la participación de agentes no estatales; d) Educación de la primera infancia y currículo; e) Educación de la primera infancia y literatura y f) Educación de la primera infancia y su acceso. La investigación es de abordaje cualitativa, cuyo procedimiento es de observación bibliográfica y documental. Se concluye que existe una escasa producción académica, a pesar del interés creciente de parte de investigadores en estudios orientados a la Educación Infantil, así como en el ámbito de las políticas educativas y en el ámbito de su enseñanza y aprendizaje.

**PALABRAS CLAVE:** Educación de la primera infancia. Educación Infantil. Infancia. Mozambique.

## Introdução

Este texto é fruto do compromisso do desenvolvimento de um projeto de pesquisa para o mestrado, em face da pretensão de iniciar uma jornada no campo acadêmico em um programa de Pós-Graduação no Brasil, e resulta do levantamento efetuado de produções científicas sobre a Educação Infantil com o intuito de fundamentar teoricamente a necessidade de mais pesquisas sobre a Educação Infantil (EI) em Moçambique, refletindo em torno do Subsistema de Educação Pré-Escolar, Lei 18/2018 de 28 de dezembro.

O texto capitaliza as experiências adquiridas no espaço-tempo no movimento de reflexão sobre o estado de conhecimento, entendido como “[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica” (Morosini; Fernandes, 2014, p. 155).

A elaboração deste texto se mostrou necessária e possível a partir das amplas recomendações de professores pesquisadores convidados em palestras e seminários sobre a produção científica na Pós-Graduação, ao abrigo da internacionalização entre o Brasil e Moçambique no campo da Educação. O texto é fruto das reflexões no espaço-tempo, visando à produção de conhecimento sobre a realidade social moçambicana em face da necessidade de realização de uma pesquisa inédita, justificando-se o recurso ao estado de conhecimento utilizado:

[...] como uma matéria formativa e instrumental que favorece tanto a leitura de realidade do que está sendo discutido na comunidade acadêmica, quanto em relação a aprendizagem da escrita e da formalização metodológica para o desenvolvimento do percurso investigativo (Morosini; Fernandes, 2014, p. 155).

Em Moçambique, as questões sobre a Educação Infantil ainda são pouco pesquisadas. Tal situação deve-se, em parte, ao fato de que somente a partir de 2018 é que o Estado moçambicano “chamou” para si a responsabilidade da Educação Infantil, por meio da legislação educacional, isto é, lei n.º 18/2018 de 28 de dezembro: que estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Educação (SNE) na República de Moçambique.

Este estudo contribui de alguma forma para chamar atenção sobre a necessidade de se pensar sobre a Educação Básica e problematizá-la dando enfoque para a etapa da Educação Infantil que ocorre no Subsistema de Educação Pré-Escolar. A Educação Básica “[...] compreende o ensino primário e o primeiro ciclo do ensino secundário” (Moçambique, 2018, p. 21), conforme expresso no

artigo 6, ponto 2 da lei em causa. Desse modo, os pais e/ou encarregados de educação, as famílias, as instituições econômicas e sociais, sejam elas públicas ou privadas, seriam chamadas a zelarem pela educação da criança, cabendo ao Estado assegurar o direito a uma educação plena, efetiva e universal às crianças na Educação Infantil.

Este olhar sobre a Educação Infantil contribui com os estudos anteriores no sentido de termos um olhar que não só defende uma educação integral da criança com menos de 6 anos de idade, mas também, a necessidade de revisão no regime jurídico do Sistema Nacional de Educação (SNE) na República de Moçambique, de forma a dilatar a vigência da escolaridade obrigatória que, em Moçambique está atrelada à Educação Básica, “a escolaridade obrigatória é da 1ª a 9ª classes” (Moçambique, 2018, p. 20), como atesta o artigo 7, no número 1. Tal reformulação abrirá espaço para a revisão da obrigatoriedade temporal de inscrição da criança, deslocando-se a observância dela do Subsistema de Educação Geral, na 1ª classe, para o Subsistema de educação Pré-Escolar no Jardim de Infância, permanecendo optativa a inscrição na creche, em Moçambique. Na realidade moçambicana, estender a escolaridade obrigatória, hoje aplicada ao ensino primário e ao primeiro ciclo do ensino secundário para que se efetive desde o jardim de infância, se afigura pertinente na perspectiva de salvaguardar o direito à educação que assiste a todo o cidadão.

Essa perspectiva abre espaço para que a nível dos Programas de Pós-Graduação em Educação em Moçambique se incentive a pesquisa sobre e com a infância, salvaguardando-se os aspectos de ordem ético e ontológico na produção do conhecimento sobre a Educação Infantil com ênfase nas crianças e nos/as educadores/as de infância que atuam no Subsistema de Educação Pré-Escolar.

A pesquisa efetuada visa responder à questão: o que foi produzido sobre a Educação Infantil em Moçambique? Considera-se a pesquisa como sendo do tipo estado de conhecimento e nos possibilita conhecer quantitativamente e qualitativamente o que foi produzido sobre o objeto de estudo pesquisado a nível dos programas de pós-graduação na área em estudo. Nada impede que se amplie para além das dissertações e teses, indo ao encontro de artigos, livros e capítulos de livros.

A partir da apresentação, descrição e análise das produções, chega-se a resultados que mostram onde e como estamos em termos de conhecimento da realidade social, modos de produção e relações sociais, assim como apontam as limitações e possibilidades de pesquisas futuras na área de conhecimento.

A realização deste estado de conhecimento sobre Educação Infantil trouxe outras possibilidades de pesquisas sobre essa etapa da Educação Básica no sistema de ensino moçambicano e, desse modo, contribuiu para o aprimoramento das práticas pedagógicas dos professores/educadores, monitores ou

A Educação Infantil em Moçambique em teses, dissertações e artigos:  
um estado do conhecimento

animadores da educação da infância, que “devem ter uma formação básica ou no mínimo uma capacitação inicial [...]” (Moçambique, 2017, p. 4).

Assim sendo, argumenta-se que a Educação Infantil é necessária e útil à construção dos alicerces que fundamentam uma educação integral cidadã e humanizante que salvguarde o direito universal à educação à criança com menos de 6 anos de idade. Nesse contexto, há uma necessidade de desenvolvimento de pesquisas acadêmicas que recaiam sobre a Educação Infantil jogando luz para o acesso, a capacidade institucional, a relevância e a qualidade da Educação Infantil.

Em termos estruturais, além desta introdução, a seguir apresentam-se a metodologia que orientou a pesquisa, os resultados e discussão, as considerações finais, bem como as referências bibliográficas.

## **Metodologia**

A realização do estado do conhecimento possibilitou o mapeamento da produção científica sobre a Educação Infantil (EI) em Moçambique. O levantamento foi realizado nas diversas plataformas disponíveis online em Moçambique, Brasil e Portugal, com destaque para: a) a nível internacional, no Brasil: o Banco de Teses e Dissertações (CAPES), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o google acadêmico e, em Portugal o repositório do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). A nível nacional, nos repositórios da Universidade Pedagógica de Moçambique; o repositório da Universidade Eduardo Mondlane: publicações científicas, o repositório de monografias da Universidade Eduardo Mondlane. Foram usados os seguintes descritores para viabilizar as buscas: “educação infantil”, “educação de infância”, “educadores de infância”, “infância”, “educação pré-escolar”, “formação de professores” e “Moçambique”. Procurou-se verificar a presença deles nos trabalhos, especificamente, nos títulos, resumos e palavras-chave.

Realizado o levantamento, foram identificados e incluídos 12 dos 19 trabalhos encontrados, a destacar: 4 artigos, 5 dissertações, 2 teses e 1 capítulo de livro que abordam sobre a Educação Infantil em Moçambique.

Teve-se o cuidado de incluir neste levantamento trabalhos que tratam da Educação Infantil nos espaços formais em Moçambique. Este levantamento do estado do conhecimento, que também pode ser chamado de bibliográfico, é uma boa escolha por ter possibilitado restringir a busca ao subsistema de educação pré-escolar, com foco nos espaços formais, isto é, em creches e jardins de infância, indo ao encontro do previsto no regime jurídico do SNE, artigo 1, número 2, na República de Moçambique,

mapeando trabalhos voltados “[...] a todas as instituições públicas, comunitárias, cooperativas e privadas que implementam o Sistema Nacional de Educação” (Moçambique, 2018, p. 19).

O método escolhido possibilitou mapear toda a produção disponível nas diferentes plataformas a nível nacional e internacional, anteriormente mencionadas. Os dados foram analisados com base em resumos e, excepcionalmente, sempre que necessário, recorrendo à introdução e/ou conclusão para a obtenção de dados para o preenchimento da planilha Excel inerente ao levantamento; posteriormente, seguiu-se a fase da análise dos dados presentes na planilha Excel para efeitos de aceitação ou rejeição dos trabalhos identificados.

Para a rejeição de trabalhos, consideraram-se trabalhos duplicados, trabalhos referentes a outros subsistemas de educação do SNE e que abordam crianças com idade igual ou superior a 6 anos, trabalhos que tratavam da criança em espaços não escolares: crianças de rua, trabalho infantil e saúde e HIV-SIDA na infância nas comunidades moçambicanas etc. A organização dos trabalhos incluídos se constituiu da seguinte forma: identificação dos materiais, definição de categorias e posteriores análises a partir da observação de conteúdo (Bardin, 1916).

A realização do mapeamento da produção científica sobre a Educação Infantil na sociedade moçambicana possibilitou não só tomar conhecimento do que já foi produzido e publicado pelos pesquisadores, mas também se ter um panorama geral das discussões no campo, uma vez que “[...] a realização do levantamento bibliográfico do tipo estado de conhecimento serve ao/à pesquisador/a como ponto de partida para a discussão do problema [...]” (Guesser ; Hobold, 2023, p. 5), face ao objeto pesquisado, considerando-se os objetivos propostos. Foram tomadas precauções éticas na realização do levantamento do estado de conhecimento, as quais passaram por respeitar e reconhecer as diferentes abordagens dos pesquisadores em seus trabalhos, referenciando-os, sendo fiel às abordagens e mantendo a crítica valorizando a perspectiva ontológica e epistemológica que norteia a visão dos autores, bem como a metodologia usada nos 12 trabalhos.

## **Análises e Resultados**

O levantamento do estado de conhecimento permitiu identificar e incluir 12 trabalhos produzidos num espaço temporal de dezessete (17) anos, isto é, entre 2006 e 2023. Observa-se que no ano 2021 foi o ano em que houve maior volume de produções, o que mostra que há um interesse crescente pela temática da Educação Infantil, focando-se no subsistema de educação pré-escolar, o que por si só merece destaque. A opção pelo levantamento voltado à educação de infância permite de forma específica, no campo da educação, aprofundar as discussões sobre a criança, algo que vai além



A Educação Infantil em Moçambique em teses, dissertações e artigos:  
um estado do conhecimento

da pretensão de Souza (2021), que indaga sobre o que se sabe relativamente à criança nos países africanos de expressão portuguesa e, desse modo, levantando produções sobre a infância em Moçambique.

Os trabalhos incluídos no levantamento do estado de conhecimento e que abordam a educação Infantil em Moçambique são apresentados na tabela 1 que se segue.

**Tabela 1** – Trabalhos científicos incluídos no levantamento do estado de conhecimento que abordam sobre Educação Infantil (2006 -2023)

Material	Autor/Ano	Quantidade
Artigos	Singo (2022); Craveiro, Pinheiro, Medeiros, Silva (2021); Ho-Poon (2016); Bié (2021).	4
Dissertações	Couto (2020); Antoniuk (2015); Martins (2023); Garcia (2021); Inruma (2006);	5
Teses	Souza (2021); Napido (2018)	2
Capítulo de livro	Pinheiro <i>et al.</i> (2019)	1
<b>Total</b>		<b>12</b>

**Fonte:** Elaborada pelos autores.

Destes 12 trabalhos, observou-se a presença de pesquisadores brasileiros que se interessaram pela pesquisa no campo da EI em Moçambique. Destacam-se Souza (2021), que na tese aborda os estudos da infância em Moçambique, com foco na produção e veiculação de pesquisas com e sobre crianças no período entre 2002 e 2019, e Antoniuk (2015) que no seu trabalho de dissertação revisita uma prática de formação à luz de referenciais freireanos, fruto da experiência com professores moçambicanos sem habilitação.

Os artigos incluídos foram publicados nas revistas: Singo (2022), na REH-Revista Educação e Humanidades; Craveiro, Pinheiro, Medeiros, Silva (2021), na Revista Lusófona de Educação; Ho-Poon (2016) e Bié (2021), na Udziwi-Revista de Educação da Universidade Pedagógica. E, finalmente, um capítulo de livro de Pinheiro *et al.* (2019), publicado pela editora “Centro de Estudos Internacionais”.

À semelhança das pesquisas de Couto (2020), Pereira (2016), Antoniuk (2015), Inruma (2006), Singo (2022), Pinheiro *et al.* (2019) e (Bié, 2021) esta pesquisa é qualitativa. Com base na análise de conteúdo (Bardin, 2016), os trabalhos incluídos no levantamento foram agrupados nas categorias que se apresentam a seguir na tabela 2.



**Tabela 2** – Total de trabalhos incluídos na revisão de literatura, agrupados por categoria (2006-2023)

<b>Categoria</b>	<b>Autor/Ano</b>	<b>Total (%)</b>
Educação de infância e práticas pedagógicas	Singo (2022); (Craveiro, Pinheiro, Medeiros e Silva, 2021); (Ho-Poon, 2016) e (Bié, 2021)	4 (33,3%)
Educação de infância e formação de professores	Antoniuk (2015); (Pinheiro et al., 2019)	2 (16,7%)
Educação de infância e a participação de atores não estatais	Martins (2023); Garcia (2021)	2 (16,7%)
Educação de infância e acesso	Couto (2020); Souza (2021)	2 (16,7%)
Educação de infância e currículo	Inuma (2006)	1 (8,3%)
Educação de infância e literatura	Napido (2018)	1 (8,3%)
<b>Total</b>		12 (100%)

**Fonte:** Elaborada pelos autores.

Os trabalhos voltados à educação de infância e às práticas pedagógicas com 4 (33,3%) das produções incluídas, como mostra a tabela 2, revelam a preocupação com questões voltadas à atuação dos educadores de infância na Educação Infantil na sociedade moçambicana no que concerne a suas práticas pedagógicas, o que remete à necessidade de estudos que explorem questões didático-pedagógicas nas creches e jardins de infância.

## Educação da infância e práticas pedagógicas

Esta categoria mereceu destaque no levantamento efetuado, em que 4 (33,3%) dos trabalhos remetem às práticas pedagógicas dos educadores<sup>4</sup> de infância e que seguramente influenciam diretamente no desempenho dos educadores de infância e, sobretudo, na socialização da criança, conforme previsto no Programa Curricular da Educação Pré-Escolar (PCEPE) em Moçambique, cientes de que um dos pressupostos do PCEPE é “reconhecer a criança como sujeito do processo educativo” (Moçambique, 2023, p. 16). Nisso, uma crítica é levantada olhando-se para as práticas educativas adotadas pelos educadores da infância ao se considerar que “as crianças moçambicanas [...] são postas como ‘fora do lugar’ por não seguirem os padrões e normas das crianças dos países desenvolvidos” (Singo, 2022, p.27).

Nesse contexto, olhar para o lugar da criança na Educação Infantil em Moçambique remete a que se faça uma observação intencional com o objetivo de “conhecer a criança integralmente, identificando suas potencialidades e dificuldades específicas, bem como subsidiar as ações

<sup>4</sup> De acordo com a Lei 18/2018, de 28 de dezembro, no Subsistema de Educação Pré-Escolar temos professores. Todavia, o PCEPE adota a denominação Educadores de infância para a creche e o jardim de Infância (Moçambique, 2023). Nas escolinhas comunitárias encontramos a figura de monitores ou animadores (Moçambique, 2017). Assim sendo, nada impede a utilização de uma ou outra terminologia consoante ao caso específico.

A Educação Infantil em Moçambique em teses, dissertações e artigos:  
um estado do conhecimento

pedagógicas [...]” (Moçambique, 2023, p. 16), sem perder de vista o fato de que a criança aprende brincando, na realização de uma análise crítica de aspectos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. Assim sendo, na educação de infância, os sujeitos contratados ao nível das instituições comunitárias de educação de infância deveriam assumir uma atitude de construção do currículo (Craveiro; Pinheiro; Medeiros; Silva, 2021).

Constatou-se na investigação, fruto do levantamento efetuado, que “as educadoras não utilizam métodos específicos para avaliar o desenvolvimento das crianças e que a maior parte delas não diversificam as atividades das crianças” (Ho-Poon, 2016, p. 8). Tal realidade pode ser suprida por uma melhoria nos processos de monitoria e supervisão das atividades pedagógicas dos educadores de infância visando identificar melhorias e desenvolver um plano de ação que esteja implicado na melhoria significativa de suas práticas pedagógicas por processos que visam ao desenvolvimento profissional: capacitação, treinamento e formação, desse modo impactando no dia a dia dos educadores e, sobretudo, na relação educador de infância-criança na creche ou jardim de infância.

A visão de que os educadores olham para as crianças como incapazes de resolverem seus conflitos intraindividuais e interindividuais de forma pacífica e amigável (Bié, 2021) nos espaços escolares é superada reconhecendo-se a riqueza dos conflitos na Educação Infantil em favor de práticas pedagógicas que olham para a criança não como um ser incapaz, uma vez que a criança aprende a “aceitar as diferenças, limitações e possibilidades dos outros” (Moçambique, 2023, p. 14).

Nesse contexto, brincar torna-se uma arte, as experiências vivenciadas pelas crianças nos seus espaços, a significação e o sentido de pertença nesses espaços, possibilitam o reconhecimento dos espaços, integração, partilha e transformação (Singo, 2022).

A partir do levantamento, percebeu-se que “[...] os educadores têm dificuldades de distinguir seu papel e sua atitude diante da resolução de conflito entre crianças no processo educativo” (Bié, 2021, p. 104). Reconhecer que as crianças aprendem brincando e, nesse brincar, o corpo e a mente ganham vida na socialização da criança dentro dos limites socioculturais. Nesse sentido, “saber sobre o disciplinamento dos corpos é papel do educador e da instituição educativa infantil, bem como as discussões sobre o corpo e gênero, corpo e cultura, que não podem mais ficar invisibilizados ou incompreendidos no brincar das crianças” (Camargo; Dornelles, 2023, p. 3).

Neste levantamento, ficou claro que “[...] ensinar vai além da especialidade” (Singo, 2022, p. 39). Destaca-se “[...] a importância em tornar a criança um interlocutor ativo na família e escola. Pensar em políticas públicas que dialoguem com as crianças, família e escola e suas práticas inseridas de maneira que permitam uma maior proximidade e validação das mesmas” (Singo, 2022, p. 40).

No que concerne à realização de monitoria e supervisão pedagógicas, pensando na melhoria das práticas pedagógicas dos educadores de infância, não se pode negligenciar o fato de verificar-se nos relatórios de avaliação das atividades dos monitores pouca relevância atribuída às apreciações sobre a aprendizagem das crianças e sobre a intervenção do monitor, os aspectos positivos e negativos e ações a desenvolver para incentivar o progresso da criança (Craveiro; Pinheiro; Medeiros; Silva, 2021), ou seja, nota-se que “[...] há falta de autoavaliação das educadoras o que faz com que estas não repensem os métodos e atividades executadas. [...] Não é feita uma avaliação interna” (Ho-Poon, 2016, p. 8).

Estas constatações sobre as práticas pedagógicas dos educadores de infância, resultantes da investigação, justificam por si só as necessidades do levantamento e fundamentam a indispensabilidade de se abordarem as práticas pedagógicas dos educadores, pois, “[...] as atividades desenvolvidas pelas educadoras não se adequam à especificidade do grupo-alvo, tanto no que concerne às suas características cronológicas quanto as características psicossociais” (Ho-Poon, 2016, p. 23).

Nessa circunstância, há uma necessidade dos educadores refletirem sobre suas práticas com vista a melhorar as estratégias metodológicas de resolução de conflitos entre crianças (Bié, 2021) e, também, assegurarem uma educação integral das crianças, que pode ser alcançada mediante o desenvolvimento de suas habilidades, “[...] habilidades estas que poderiam formar a base para o desenvolvimento de suas capacidades integrais” (Luria, 2017, p. 34), em uma sociedade onde o conflito está presente de certa forma não só na vida das crianças..

## **Educação de infância e formação de professores**

Nesta categoria, representada por dois 2 (16,7%) trabalhos, explora-se a questão da formação dos educadores de infância tendo em vista as práticas pedagógicas desenvolvidas por eles. A realidade moçambicana é marcada por insuficiência de instituições de formação de professores para o Subsistema de Educação Pré-Escolar e, conseqüentemente, as exigências em termos de formação para atuar nesse subsistema são mínimas. O educador de infância “deve possuir, no mínimo, o nível básico (9ª classe) e a formação ou capacitação, em matéria de educação de infância, incluindo noções de primeiros socorros” (Moçambique, 2023, p. 18).

Nesse contexto, nem sempre é possível ter educadores com esses requisitos. Surge então a necessidade de, por exemplo, as escolinhas comunitárias, terem monitores ou animadores, isto porque, os monitores assumem o papel de educadores de infância nas escolinhas comunitárias

(Pinheiro et al., 2019). Note-se que a escolinha comunitária “serve as crianças com idade entre 3 a 5 anos (idade pré-escolar) e seus cuidadores” (Moçambique, 2017. p. 4).

O levantamento mostrou-nos que “os monitores fazem o papel de educadores de infância embora não possuam formação acadêmica com habilitações para a docência” (Pinheiro et al., 2019, p. 421). Desse modo, podemos perceber que a questão da formação de professores, isto é, dos educadores de infância, é imprescindível no âmbito da expansão do acesso, na melhoria da qualidade e na relevância da educação de infância.

Todavia, o êxito da formação de professores sem habilitação está condicionado ao diálogo que se entende como processo de construção de conhecimentos, do respeito pela identidade desses professores e da reflexão crítica sobre a prática docente (Antoniuk, 2015). Pensar nos profissionais que exercem a atividade de educadores de infância, com ou sem habilitações, exige um comprometimento com a classe dos educadores de infância em favor da qualificação deles e da melhoria da práxis pedagógica face ao modo de produção e às relações sociais na sociedade.

A formação do professor é considerada essencial, pois, ela subsidia o desenvolvimento de uma compreensão crítica e da construção de práticas pedagógicas significativas e adequadas às necessidades da criança (Camargo, 2023). Na ótica da autora, a formação do professor deve proporcionar a reflexão dos professores em torno de concepções e práticas condizentes com o que preconiza os estudos da Educação Infantil e da infância (Camargo, 2023).

A formação inicial e continuada do educador de infância é pertinente na sociedade moçambicana, porque possibilita a superação das dificuldades e dos constrangimentos resultantes de uma atuação sem a devida habilitação, favorecendo a educação, uma vez que “durante o desenvolvimento da criança, sob a influência das circunstâncias concretas de sua vida, o lugar que ela objetivamente ocupa no sistema das relações humanas se altera” (Leontiev, 2017, p. 59).

Não se pode perder de vista que “a implementação bem-sucedida do Currículo da Educação Pré-Escolar requer a existência, nas instituições de educação de infância, de educadores formados e competentes” (Moçambique, 2023, p. 19), de forma que o educador de infância crie ou desenvolva uma prática educativa significativa que favoreça a necessária harmonia na vida da criança como complemento da educação familiar.

Nota-se a ausência de políticas públicas em Moçambique que possibilitem que os educadores sem habilitação tenham e prossigam seus estudos em outros níveis de ensino e não fiquem sujeitos a capacitações apenas (Antoniuk, 2015). As estratégias de desenvolvimento profissional dos educadores devem assegurar a correção dessas situações ao mesmo tempo que se dota o Subsistema

de Educação Pré-Escolar de condições de acolhimento e remuneração do pessoal, pensando-se sempre no desempenho da criança no âmbito da socialização e da formação integral, visto que os educadores de infância, assim como os monitores, são relevantes socialmente no âmbito da educação de infância e no alcance dos objetivos educacionais em face da necessidade de sustentabilidade e profissionalização do pessoal que atua no subsistema.

O levantamento mostra que há relevância social em ser monitor, igualmente mostra a falta de emprego e a necessidade de fonte de rendimento estável, o que resulta num hiato entre a vocação e a procura de trabalho remunerado, por isso que as preocupações com a educação de infância e o progresso profissional são concretas (Pinheiro et al., 2019). De acordo com este autor, a frequência da criança na Educação Infantil traz ganhos significativos: as crianças são mais ativas, possuem melhores notas, melhores conhecimentos, melhor capacidade de expressão e compreensão e influenciam outras crianças.

## **Educação da infância e a participação de atores não estatais**

Esta categoria com 2 (16,7%) dos trabalhos, centra-se na educação de infância e a participação de atores não estatais em Moçambique. A legislação moçambicana prevê a participação de entidades privadas, comunitárias etc. na educação e reconhece-se a importância do papel de atores da sociedade civil, em áreas como saúde e educação, onde a ação do estado se revela insuficiente (Martins, 2023).

A participação dos atores não estatais na educação e, sobretudo, na educação pré-escolar em Moçambique visa, de acordo com Garcia (2021), à reversão da situação atual na sociedade moçambicana por forma a tornar este subsistema de educação mais abrangente e eficaz, assegurando-se o combate ao fraco desenvolvimento social e humano, bem como aos altos níveis de pobreza em Moçambique.

A legislação educativa moçambicana, especificamente a Lei 6/92 de 6 de maio do SNE no seu capítulo II, artigo 6, considera que o SNE se estrutura em “[...] ensino pré-escolar, ensino escolar e ensino extraescolar” (Moçambique, 1992, p. 13). O avanço aqui registado na estruturação do SNE pela inclusão do ensino pré-escolar em 1992 não se afigura eficaz pelo fato de a mesma lei do SNE, Lei 6/92, artigo 7, número 5, considerar que “[...] a frequência do ensino pré-escolar é facultativa” (Moçambique, 1992, p. 9). Essa Lei 6/92 de 6 de maio, a partir de 2018, foi gradualmente sendo descontinuada em virtude da aprovação do novo regime jurídico do SNE na República de Moçambique através da Lei 18/2018 de 28 de dezembro, mais ajustado ao contexto internacional e, face dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030.

Nesse contexto, a questão da universalização da educação, verificou-se que pela nova lei, a Lei 18/2018 do SNE de 28 de dezembro, artigo 10, número 4, busca concretizar a questão da universalização da educação com a criação de um Subsistema de Educação Pré-Escolar onde o Estado assume na íntegra a responsabilidade na Educação Infantil. Todavia, prevalecem desafios apesar de, “[...] a frequência da educação pré-escolar não condicionar o acesso ao Ensino Primário” (Moçambique, 2018, p. 21).

Tais desafios são inerentes ao acesso à educação pré-escolar e aos cuidados e gratuidade na Educação Infantil, uma vez que a rede de instituições de educação de infância ainda é insipiente em Moçambique. Igualmente, não é explícita a obrigatoriedade do Estado em assegurar o acesso a todas as crianças à Educação Infantil, em resposta à universalização da educação considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis 2030, ODS 4, meta 4.2 “até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário” (Nações Unidas-Brasil, 2015, p. 23).

Assegurar a universalização da educação, sobretudo do ensino pré-escolar na sociedade moçambicana, nas atuais condições socioeconômicas, passa pelo desenvolvimento de esforços conjuntos de todos os atores sociais em face dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS - 4) no mundo.

No que concerne à educação de qualidade, relativamente ao ODS 4, a realidade moçambicana mostra que há um longo caminho a ser percorrido. De fato, a educação pré-escolar é importante para o desenvolvimento do indivíduo e do país bem como o papel da AIDGLOBAL no desenvolvimento (Martins, 2023). Os estudos de Garcia (2021) e Martins (2023) são elucidativos do envolvimento de outros atores da sociedade na Educação Infantil e dos saberes comunitários que podem ser explorados em favor da educação da infância. Entretanto, há que se ter atenção para que não se perca de vista o papel e a responsabilidade do Estado na oferta da educação pública a toda uma sociedade.

## **Educação da infância e acesso**

O acesso à Educação Infantil em Moçambique ainda está aquém do desejável, pois no país 96% das crianças estão excluídas do Subsistema de Educação Pré-Escolar (Couto, 2020). A aposta na Educação Infantil passa por olhar para os fatores determinantes do acesso: econômicos e políticos; advogando pela criança na Educação Infantil, uma vez que, “a infância pré-escolar é o período da vida em que o mundo da realidade humana que cerca a criança abre-se cada vez mais para ela”



(Leontiev, 2017, p. 59). Nessa circunstância, o acesso à Educação Infantil não deve ser facultativo, o que passa pela criação de condições de acesso obrigatório a partir de políticas públicas de educação fundamentadas no dever e na obrigação do estado em prover gratuitamente a escala nacional, sobretudo nos jardins de infância.

É nosso entendimento, nesta pesquisa, que o fator de ordem econômica tem a ver com a capacidade de o Estado prover uma EI a nível nacional, o que passa por alocar-se no Orçamento de Estado uma parcela maior de recursos para responder às necessidades do Subsistema de Educação Pré-Escolar, isto é, para a criação de uma rede nacional de infraestruturas que possibilitem o acesso e um acolhimento que favoreça a realização de práticas educativas significativas, assegurando uma Educação Infantil de qualidade, inclusiva e que garanta a equidade em face das disparidades regionais e locais (campo e cidade).

Vários fatores dificultam a implementação da educação pré-escolar, dentre eles o fator político (Couto, 2020). Os fatores políticos cientes de que as políticas públicas da educação são chaves para compreender a visão que se tem da EI, os objetivos que se pretendem alcançar, as estratégias, as metas em face dos meios colocados à disposição para viabilizar o Subsistema de Educação Pré-Escolar e sobretudo tornar o trabalho do educador de infância mais eficiente e eficaz.

Um elemento fundamental levando em consideração essa perspectiva, é a necessidade de melhoria da política de formação e desenvolvimento profissional, contratação e aplicação de professores para o subsistema e a política salarial, bem como a questão do desenvolvimento da carreira do educador de infância.

Outros dois trabalhos (16,7%) centram-se na educação de infância e acesso, evidenciando que o panorama da educação pré-escolar é crítico, sobretudo na região norte de Moçambique, o que resulta no surgimento de modelos alternativos ao modelo estatal (Couto, 2020). As reflexões sobre a EI devem passar por analisar as questões de acesso, pois a rede de instituições públicas de EI é incipiente e não responde às reais necessidades da procura por esses serviços. Um dado interessante, por exemplo, quando voltamos o olhar para as escolinhas comunitárias, é que “a escolinha pode ter até 30 crianças num grupo” (Moçambique, 2017, p. 4), dada a maior procura nas comunidades.

Em Moçambique, as desigualdades no acesso à Educação, e sobretudo a Educação Pré-Escolar, ficam evidentes entre as regiões e, em Nampula, tais desigualdades estão presentes igualmente entre o campo e a cidade (Couto, 2020). As três regiões do país, Norte, Centro e Sul, apresentam assimetrias no acesso advindas da qualidade e da quantidade de instituições de EI. A essas disparidades se fazem sentir entre a cidade e o campo nessas regiões, igualmente.



No levantamento realizado, Souza (2021) verificou que as pesquisas na graduação e pós-graduação com crianças fora da escola são qualitativamente as que mais se realizam em detrimento das pesquisas com crianças dentro da escola em Moçambique; dentre as temáticas mais pesquisadas estão a volta da criança em situação de rua, o trabalho infantil, o casamento prematuro e os processos de construção da identidade social.

## **Educação da infância e currículo**

Na Educação Infantil, os programas de apoio pedagógico para as crianças do 1º ao 5º ano e os manuais de orientação e procedimentos para o atendimento às crianças nos Centros Infantis reconhecem que a linguagem oral é importante como "saber prévio para a aprendizagem da leitura e escrita na escola, porém não há clareza como isso pode ser operacionalizado pelo professor nas diferentes áreas de desenvolvimento da criança" (Inruma, 2006, p. 137). Nos últimos anos, nota-se o esforço do governo ao nível do setor da educação no desenvolvimento de um programa nacional para a educação da infância, o que culminou com a aprovação do Plano Curricular da Educação Pré-Escolar (PCEPE) em Moçambique, em 2023, numa coordenação entre o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano e Ministério do Gênero, Criança e Ação Social.

Note-se que já em 2006, na sua dissertação de mestrado, Inruma (2006) observou que na Educação Infantil os programas e os manuais não orientavam para o desenvolvimento de atividades específicas da oralidade, considerando-se as diferentes áreas inerentes ao desenvolvimento da criança. Esta preocupação encontrou resposta no PCEPE aprovado em 2023, no qual estão previstas cinco áreas de desenvolvimento da criança, segundo o PCEPE (2023), a destacar: desenvolvimento pessoal e social; desenvolvimento da comunicação, linguagem e literacia; desenvolvimento cognitivo; desenvolvimento físico, saúde, proteção e segurança; desenvolvimento da disposição para a aprendizagem.

Notamos que o desenho de projetos de pesquisa que indaguem sobre a Educação Infantil, sobretudo no que concerne aos aspectos curriculares e sua operacionalização, deve ser interesse dos pesquisadores no campo a nível de pós-graduação em Moçambique, uma vez que “o projeto científico da pesquisa é uma oportunidade de conhecer melhor a história da educação das crianças pequenas, nos aspectos ligados à formação de seus profissionais, à situação da infância e das políticas de educação [...]” (Pacheco et al., 2016, p. 303). Entendemos que refletir sobre o currículo, programas e planos da Educação Infantil é importante para a melhoria desse atendimento em Moçambique, tal como ficou evidente no levantamento que fizemos. Indagar sobre a criança a partir dos processos de

TERESA; GILBERTO; ALMEIDA

curricularização nessa etapa da Educação Básica se mostra necessário, pois “[...] entendemos a curricularização como um espaço de problematização, como possibilidade de novos olhares para o entorno da instituição educativa, para a infância, para a educação de crianças em espaços formais e não formais, com um olhar para brincar” (Camargo; Almeida; Peroza, 2024, p. 10).

É nosso entendimento, a partir do levantamento efetuado, que há uma lacuna nos estudos dos programas que foram sistematicamente sendo implementados de forma autônoma, ou não, a nível local, regional e nacional pelas instituições, creches e jardins de infância públicos, particulares e comunitários.

Explorar os saberes advindos da prática educativa dessas instituições é importante para compreender as atividades desenvolvidas pelas crianças na Educação Infantil, respeitando-se a faixa etária e respectivo estágio de desenvolvimento psíquico, uma vez que “[...] cada estágio do desenvolvimento psíquico caracteriza-se por uma relação explícita entre a criança e a realidade principal naquele estágio e por um tipo preciso e dominante de atividade” (Leontiev, 2017, p. 64).

Nesse contexto, acreditamos na pertinência de estudos no campo da Educação Infantil e dos sobre a infância, isto é, estudos sobre as crianças e seus direitos respeitando suas especificidades.

## **Educação da infância e literatura**

Em relação a essa categoria, constatou-se a inexistência de uma política do livro para criança e jovem, bem como de planos curriculares que regulamentam as modalidades das diferentes instituições que trabalham com intuito da formação de leitores literários em Moçambique (Napico, 2018).

A presença da literatura infantil como expressão cultural e educativa nos espaços escolares e não escolares para as crianças é necessária, pois, “a educação é um elemento da cultura humana, presente em todos os povos e que se constitui a partir das relações sociais independentemente das instituições escolares” (Peroza; Bellascuza, 2024, p. 11). O trabalho pedagógico realizado com recurso a literatura contribui para os processos de socialização “em contextos concretos, e que são permeados por uma matriz sócio-histórica e por significações que têm materialidade no aqui e agora das situações” (Rossetti-Ferreira, 2009, p. 439).

A circulação, a divulgação e o consumo das obras literárias para as crianças e jovens têm sofrido certas restrições no espaço escolar que privilegia obras literárias de matriz educativa (Napico, 2018). A realização de pesquisas no campo da educação da infância é necessária ainda que se reconheça que existe um conflito para a construção do conhecimento acadêmico-científico em Moçambique, um conflito que advém do confronto com a predominância de um único paradigma da ciência moderna (Santos, 2010 apud Souza, 2021).

Nesta pesquisa, verificou-se a limitação de estudos sobre a temática da qualidade das práticas educativas na educação pré-escolar (Ho-Poon, 2016). Além disso, constatou-se que as limitações de estudos na área da EI vão além das questões das práticas pedagógicas, estendem-se à abordagem da formação de professores; acesso: infraestruturas, acolhimento e expansão da Rede escolar; qualidade da Educação Infantil; o financiamento ao subsistema; as questões curriculares, da inclusão e do uso das tecnologias de informação e comunicação na EI em Moçambique; a participação de outros atores além do Estado na EI são importantes e ter consideração pelo que este estudo nos convida a olhar para as pesquisas futuras no campo da Educação Infantil cientes de que há um campo fértil e muito por se explorar.

## **Considerações finais**

Neste levantamento, pretendia-se responder à questão: o que foi produzido sobre a Educação Infantil em Moçambique? Foi possível observar que entre 2006 e 2023, período em que se encontram inseridos os trabalhos produzidos por pesquisadores nacionais e internacionais (dois de nacionalidade brasileira), foram identificados e incluídos 12 trabalhos que abordam sobre a Educação Infantil em Moçambique.

Nos tempos atuais, as reflexões sobre a Educação Infantil podem ser multiplicadas a partir de estudos realizados nos Programas de Pós-Graduação em Educação, por pesquisadores individualmente ou coletivamente em grupos de estudo e pesquisa e/ou redes de pesquisa. As ações de extensão no campo da Educação Infantil permitem que o conhecimento local das comunidades seja compartilhado pela comunidade, instituições de Educação Infantil e universidades, enriquecendo as discussões no campo.

A metodologia utilizada no levantamento foi importante para os avanços alcançados na elaboração do trabalho, abrindo espaço para futuras pesquisas e reconhecendo as lacunas existentes. Mostrou também que há um desafio reservado às instituições de ensino superior moçambicanas no sentido de alimentarem seus repositórios com produtos da graduação e pós-graduação sobre a educação de infância.

Os resultados mostram que a Educação Infantil merece atenção por parte do governo moçambicano nos últimos tempos, pois os professores/educadores de infância clamam por ações de desenvolvimento profissional, especificamente por capacitação e o treinamento a curto prazo. A médio e a longo prazo deve-se pensar seriamente na formação inicial e continuada dos educadores de infância. Além disso, as práticas pedagógicas dos educadores de infância precisam ser melhoradas e

*TERESA; GILBERTO; ALMEIDA*

um passo importante seria dotá-los de habilidades, capacidades, conhecimentos e competências para atuarem na Educação Infantil e, desse modo, mediar eficazmente a aprendizagem da criança em função das atividades a serem realizadas nessa etapa da Educação Básica.

Um dos pontos fortes deste estudo incide no mapeamento das produções científicas sobre a Educação Infantil em Moçambique, produção feita por pesquisadores nacionais assim como internacionais que se interessam pela Educação Infantil moçambicana.

Nesse caso, a contribuição reside no fato da existência da necessidade de reflexões sobre a Lei 18/2018 do SNE, no seu artigo 7, número 1, sobretudo no que diz respeito à escolaridade obrigatória “[...] da 1ª a 9ª classes” (Moçambique, 2018, p. 21) no subsistema de educação geral, constituindo um direito e um dever que assiste a todas as crianças por forma a que esta escolarização obrigatória seja estendida às crianças desde o jardim de infância. Tal extensão implica de forma implícita uma reflexão sobre a gratuidade do ensino em Moçambique, isto porque, no artigo 8, número 1, consta que “a frequência do ensino primário é gratuita nas escolas públicas, estando isento do pagamento de propinas” (Moçambique, 2018, p. 20), por forma a que, também, a frequência do ensino pré-escolar, desde o jardim de infância, seja gratuita em Moçambique.

A análise da Educação Infantil a partir do levantamento do estado de conhecimento coloca no centro da investigação as relações que se estabelecem entre os diferentes atores educativos moçambicanos e remete que as pesquisas sejam direcionadas a nível da administração e gestão do sistema de educação, olhando-se para as políticas educativas voltadas para a infância ao mesmo tempo que se pesquisa a eficácia e eficiência interna do sistema, o processo de ensino e aprendizagem, os programas curriculares, as questões de qualidade e relevância da Educação Infantil, a formação do professor tendo no centro a criança menor de 6 anos.

Cabe destacar que, neste estudo, não se pretende esgotar todas as questões em torno da Educação Infantil em Moçambique. Os resultados das investigações mostram que um ponto fraco desta pesquisa é a não exploração das questões relacionadas a esse atendimento numa perspectiva mais estrutural, isto é, questões em torno da realidade educativa nas creches e nos jardins de infância de forma específica, aspecto que, ao nosso entender, merece atenção de pesquisas futuras.

Espera-se que o volume de produções sobre a educação de infância continue crescendo, porém isso depende em grande medida da aposta nos Programas de Pós-Graduação em Educação em desenvolver pesquisas voltadas para a educação de infância em Moçambique. Nessa circunstância, a criação e o desenvolvimento de grupos de estudo e pesquisas com foco na área da educação de infância – Subsistema de Educação Pré-Escolar - e o desenvolvimento de pesquisas conjuntas, em

redes, no âmbito da internacionalização da pesquisa e extensão poderá acelerar os debates, a produção e a difusão de conhecimento sobre a Educação Infantil não só em Moçambique.

A qualificação dos educadores de infância poderá ser suprida a curto prazo pela capacitação e treinamento dos educadores de infância. Todavia, a médio e longo prazo, a aposta numa estrutura sustentável de formação de professores de educação de infância assente na administração e gestão da carreira de professores/educadores de infância será imprescindível para uma formação sustentável, eficaz e econômica. Nessa situação, se mostra imprescindível a introdução de cursos de educação de infância nas faculdades de educação em Moçambique e nos Institutos de Formação de Professores ou a criação justificada de Institutos de Formação de Professores para o Subsistema de Educação Pré-Escolar.

## Referências

ANTONIUK, M. **Revisitando uma prática de formação à luz de referenciais freireanos: uma experiência com professores sem habilitação em Moçambique - África**. Dissertação (Mestrado profissional em educação: formação de formadores), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10243>. Acesso em: 17 jan. 2025.

ARAÚJO, N. S. F. de; ARAÚJO, J. J. C. do N. Estado de conhecimento sobre ensino de língua inglesa no ensino medio integrado – a práxis de um IF. **Linguagem, Educação e Sociedade**, [S. l.], v. 26, n.52, p. 451-473, 2022. DOI: <https://doi.org/10.26694/rles.v26i52.3147>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: edições 70, 2016.

BIÉ, E. F. Influência das práticas educativas dos educadores na resolução de conflito entre crianças. In: Centro de Estudos de Política Educativa (CEPE). **Udziwi-Revista de Educação da Universidade Pedagógica**, Ano XII, n. 37, dez., 2021. ISSN: 2518-2242.

CAMARGO, D; DORNELLES, L. V. Brincar, corpo e movimento como eixos de formação de professores de crianças pequenas. **Educar em Revista**, [S. l.], v. 39, p. e77386, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.77386>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/77386>. Acesso em: 22 mar. 2025.

CAMARGO, D. Da escassez à potência do brincar: corpo/movimento na formação de professores – um estado do conhecimento. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 20, p. 1–24, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.20.23355.008>. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/23355>. Acesso em: 23 mar. 2025.

CAMARGO, D.; ALMEIDA, I. C. de; PEROZA, M. A. R. Semanas(s) do brincar no curso de pedagogia – UEPG: A defesa do direito de brincar e da formação de professores brincantes. **Revista Conexão**, v. 20, n. 1, Ponta Grossa-PR, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.20.24302.030>.

COUTO, M. G. **A educação pré-escolar em Moçambique. A contribuição dos autores não estatais na implementação de uma educação pré-escolar eficaz e sustentável - um estudo de caso.** Dissertação (Mestrado em Estudos de Desenvolvimento), Instituto Universitário de Lisboa-ISCITE, Lisboa, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/22342>. Acesso em: 6 fev. 2025.

CRAVEIRO, C.; PINHEIRO, A.; Medeiros, P.; Silva, B. Retratos da planificação educativa em escolas comunitárias de Moçambique. **Revista lusófona de educação**, 54, p. 103-118, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/%2010.24140/issn.1645-7250.rle54.07>.

GARCIA, T. P. da S. **As ONGDs e a promoção da educação pré-escolar: o caso da AIDGLOBAL.** Relatório de estágio (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional), Lisbon School of Economics & Management-ISEG, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/23633>. Acesso em: 18 fev. 2025.

GUESSER, S. Z. P.; HOBOLD, M. de S. Estado do conhecimento: contributo para o desenvolvimento da formação continuada intercultural de professores/as. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 19, e22857, p. 1-24, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.19.22857.017>.

HO-POON, D. N. de J. Avaliação da qualidade das práticas educativas na educação pré-escolar no infantiário provincial de Sofala. In: Centro de Estudos de Política Educativa (CEPE). **Udziwi-Revista de Educação da Universidade Pedagógica**, Ano VII, n. 5, jun., 2016. ISSN: 2518-2242.

IRUMMA, J. M. M. **A alfabetização emergente na educação infantil e no 1o ciclo do Ensino Básico em Moçambique.** Dissertação (Mestrado em educação/currículo), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em convénio com a Universidade Pedagógica de Moçambique, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9928>. Acesso em: 27 nov. 2024.

LEONTIEV, A. N. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: Vigotski, L. S.; Luria, A. R.; Leontiev, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 16ª ed., tradução de Maria da Pena Villalobos, Coleção Educação Crítica, São Paulo: Ícone, 2017. ISBN: 85-274-0046-4; ISBN: 978-85-274-0046-6. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/555798575/Uma-contribuicao-a-Teoria-do-desenvolvimento-da-Psique-Infantil-Leontiev>. Acesso em: 17 jan. 2025.

LURIA, A. R. Vigotski. In: VIGOTSKI, L. S.; Luria, A. R.; Leontiev, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 16ª ed., tradução de Maria da Pena Villalobos, Coleção Educação Crítica, São Paulo: Ícone, 2017. ISBN: 85-274-0046-4; ISBN: 978-85-274-0046-6. Disponível em: <https://vdoc.pub/download/linguagem-desenvolvimento-e-aprendizagem-1ocqdnobp5t0>. Acesso em: 13 jan. 2025.

MARTINS, B. de S. R. C. **Educação pré-escolar e o desenvolvimento: um olhar sobre a intervenção da AIDGlobal no distrito de Chibuto.** Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e cooperação internacional), Lisbon School of Economics & Management-ISEG, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/29784>. Acesso em 8 dez. 2024.

MATEUS, M. H. M. **Projetos, Políticas e perspectivas futuras, uma reflexão em torno das comunicações apresentadas.** Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC). 2010. Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2987/1/Mateus\\_COOPEDUI\\_2.1.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2987/1/Mateus_COOPEDUI_2.1.pdf). Acesso em 13 jan. 2025.



MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. Lei n.º 6/92 de 6 de maio. **Imprensa Nacional de Moçambique**, Boletim da República: Publicação oficial da República de Moçambique, I Série, n.º 19, 1992.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. **Plano Curricular da Educação Pré-Escolar**. Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE), Maputo, 2023.

MOÇAMBIQUE. Ministério do Gênero, Criança e Acção Social (MGCAS). **Orientações Técnicas para Escolinhas Comunitárias**. 2017. [https://path.azureedge.net/media/documents/COMMUNITY\\_PRECHOOL-TECH\\_GUIDELINES.pdf](https://path.azureedge.net/media/documents/COMMUNITY_PRECHOOL-TECH_GUIDELINES.pdf).

MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. Lei n.º 18/2018 de 28 de dezembro: Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Educação na República de Moçambique. **Imprensa Nacional de Moçambique**, Boletim da República: Publicação oficial da República de Moçambique, 2º Suplemento, I Serie, n.º 254, 2018.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul. – dez. 2014. Disponível em:

<https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8646/2/42.Estado%20do%20Conhecimento....pdf>. Acesso em: 26 nov. 2025.

NAÇÕES UNIDAS: Brasil. **Objetivos de desenvolvimento sustentável. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. <https://sustainabledevelopment.un.org>. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2025.

NAPIDO, P. M. **Educação, política e literatura: apontamentos para a história da emergência da literatura infantil e juvenil em Moçambique**. Tese (Doutorado em educação), Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2018. Disponível em: <https://ple.uem.br/teses-e-dissertacoes/doutorado-2020>. Acesso em: 21 out. 2024.

PACHECO, A. B.; PASSOS, p. L. P.; Castro, L.; Ricci, A.; Oliveira, A. de; Cardoso, A.; Martins, A. A pesquisa como espaço de formação. In: Kramer, S.; Nunes, M. F.; Carvalho, M. C. (Org.). Educação infantil: formação e responsabilidade [livro eletrônico]. 1ª ed., Campinas-SP, Papirus, 2016. ISBN: 978-85-449-0177-9. Disponível em: [https://books.google.com.br/books/about/Educação\\_infantil.html?id=3HiADwAAQBAJ&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books/about/Educação_infantil.html?id=3HiADwAAQBAJ&redir_esc=y). Acesso em: 19 dez. 2025.

PEROZA, M. A. de R.; BELLASCUZA, N. M. invisibilidade e exclusão de crianças imigrantes na ação educativa e práticas interculturais na Educação Infantil. **Revista Interterritórios – Revista de educação**, v. 10, n, 9, e262689, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262689>.

PINHEIRO, A.; SILVA, B.; CRAVEIRO, C.; SOUSA, J.; AIRES, A.; NEVES, A, I, P, das.; PATRICIO, A.; PEIXOTO, J.; TRINDADE, L.; SANTIAGO, L. Educação de infância em Moçambique: as escolinhas comunitárias da província de Niassa. 2019. In: CARVALHO, C.;



BARRETO, M. A.; SANTOS, F. (dir). COOPEDU IV - Cooperação e educação de qualidade. **Livro de actas** [en ligne], Lisboa: Centro de Estudos Internacionais, 2019 (généré le 10 septembre 2020). Disponível em: <<http://books.openedition.org/cei/1288>. Acesso: 21 jan. 2025. ISBN eletrónico: 9791036560446.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. de S.; OLIVEIRA, Z. de M. R. de. Olhando a criança e seus outros: uma trajetória de pesquisa em educação infantil. **Psicologia USP**, v. 20, n. 3, p. 437-464, São Paulo, jul./set., 2009. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v20n3/v20n3a08.pdf> Acesso em: 6 set. 2025.

SILVA, D. B. da. A educação na cooperação técnica Brasil-CPLP: desafios e contradições. **Anais do XV encontro regional de história da ANPUH-Rio**, out. 2012. ISBN 978-856597-00-7. Disponível em: [https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/recursos/anais/15/1337736010\\_ARQUIVO\\_AnaisANPUH.pdf](https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/recursos/anais/15/1337736010_ARQUIVO_AnaisANPUH.pdf). Acesso em 12 jan. 2025.

SINGO, B. D'o. Concepção de infância: uma trajetória educacional abnegada (Moçambique). **REH-Revista Educação e Humanidades**, v. 3, n. 2, jul.-dez., 2022. p. 27-42. e-ISSN 2675-410X. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/reh/article/view/10039/7297>. Acesso em: 16 nov. 2025.

SOUZA, L. R. de. **Estudos da infância em Moçambique: produção e veiculação de pesquisas com e sobre crianças (2002-2019)**. Tese (Doutorado em educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. 229p. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.48.2021.tde-29112021-112047>.

**Apêndices** – Produções científicas incluídas no levantamento do estado de conhecimento sobre a educação infantil em Moçambique.

ANTONIUK, M. **Revisitando uma prática de formação à luz de referenciais freireanos: uma experiência com professores sem habilitação em Moçambique - África**. Dissertação (Mestrado profissional em educação: formação de formadores), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10243>. Acesso em: 17 jan. 2025.

BIÉ, E. F. Influência das práticas educativas dos educadores na resolução de conflito entre crianças. In: Centro de Estudos de Política Educativa (CEPE). **Udziwi-Revista de Educação da Universidade Pedagógica**, Maputo, Ano XII, n. 37, dez., 2021. ISSN: 2518-2242.

COUTO, M. G. **A educação pré-escolar em Moçambique. A contribuição dos autores não estatais na implementação de uma educação pré-escolar eficaz e sustentável - um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Desenvolvimento), Instituto Universitário de Lisboa-ISCTE, Lisboa, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/22342>. Acesso em: 5 fev. 2025.

CRAVEIRO, C.; PINHEIRO, A.; MEDEIROS, P.; SILVA, B. Retratos da planificação educativa em escolinhas comunitárias de Moçambique. **Revista lusófona de educação**, 54, p. 103-118, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/%2010.24140/issn.1645-7250.rle54.07>.

GARCIA, T. P. da S. **As ONGDs e a promoção da educação pré-escolar: o caso da AIDGLOBAL**. Relatório de estágio (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional), Lisbon School of Economics & Management-ISEG, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/23633>. Acesso em: 18 fev. 2025.

HO-POON, D. N. de J. Avaliação da qualidade das práticas educativas na educação pré-escolar no infantário provincial de Sofala. In: Centro de Estudos de Política Educativa (CEPE). **Udziwi-Revista de Educação da Universidade Pedagógica**, Ano VII, n. 5, jun., 2016. ISSN: 2518-2242.

IRUMMA, J. M. M. **A alfabetização emergente na educação infantil e no 1o ciclo do Ensino Básico em Moçambique**. Dissertação (Mestrado em educação/currículo), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em convênio com a Universidade Pedagógica de Moçambique, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9928>. Acesso em: 27 nov. 2024.

MARTINS, B. de S. R. C. **Educação pré-escolar e o desenvolvimento: um olhar sobre a intervenção da AIDGlobal no distrito de Chibuto**. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e cooperação internacional), Lisbon School of Economics & Management-ISEG, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/29784>. Acesso em 8 dez. 2024.

NAPIDO, P. M. **Educação, política e literatura: apontamentos para a história da emergência da literatura infantil e juvenil em Moçambique**. Tese (Doutorado em educação), Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2018. Disponível em: <https://ple.uem.br/teses-e-dissertacoes/doutorado-2020>. Acesso em: 21 out. 2024.

PINHEIRO, A.; SILVA, B.; CRAVEIRO, C.; SOUSA, J.; Aires, A.; NEVES, A, I, P, das.; PATRICIO, A.; PEIXOTO, J.; TRINDADE, L.; SANTIAGO, L. Educação de infância em Moçambique: as escolinhas comunitárias da província de Niassa. 2019. In: CARVALHO, C.; BARRETO, M. A.; Santos, F. (dir). COOPEDU IV - Cooperação e educação de qualidade. **Livro de actas** [en ligne], Lisboa: Centro de Estudos Internacionais, 2019 (généré le 10 septembre 2020). Disponível em: <<http://books.openedition.org/cei/1288>>. Acesso: 21 jan. 2025. ISBN eletrónico: 9791036560446.

SINGO, B. D'O. Concepção de infância: uma trajetória educacional abnegada (Moçambique). **REH-Revista Educação e Humanidades**, v. 3, n. 2, jul.-dez., 2022. p. 27-42. 2675-410X. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/reh/article/view/10039/7297>. Acesso em: 16 nov. 2025.

SOUZA, L. R. de. **Estudos da infância em Moçambique: produção e veiculação de pesquisas com e sobre crianças (2002-2019)**. Tese (Doutorado em educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. 229p. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.48.2021.tde-29112021-112047>.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 17/05/2025

Aprovado em: 22/09/2025